



ACÓRDÃO Nº434/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2387/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Américo Gorayeb Júnior - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1458/2017-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus - PROURBIS. Exercício de 2012.

Regularidade com Ressalvas. Quitação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Américo Gorayeb Júnior, Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2012, do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS;
- 9.2. **Dar quitação** ao Américo Gorayeb Júnior, Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;



ACÓRDÃO Nº434/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.3.1. Encaminhe à atual Administração do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus – PROURBIS, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.3.2. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 4/2002-RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, § 1º, do RITCE/AM.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral